



(pt) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Imigração e Criminalidade. O Problema das Estatísticas Oficiais na Itália**AN Original**

Em debates públicos sobre imigração, ouvimos falar do envolvimento dos imigrantes em episódios de crimes: pensa-se que os migrantes sejam mais envolvidos em episódios de crimes do que os nativos porque, ao(...)

Por Rodrigues Alfredo

(pt) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

As estátuas também se abatem**AN Original - Alice Comenta**

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Maria Paula Meneses

(es) Reflexión Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

Heridas Coloniales Profundamente Abiertas**AN Original**

Los primeros hechos acometidos por los invasores coloniales en Abya Yala fueron las violaciones de los territorios y de los cuerpos-territorios de los diferentes pueblos que allí existían y en especial los de sus(...)

Por Begoña Dorronsoro

(pt) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

A Catarse da Modernidade**AN Original**

O substantivo feminino Catarse deriva do grego Katharsis e tem seu principal significado traduzido na ideia da libertação ou alívio alcançado após um grande trauma. O ato de purificação é por assim dizer, um(...)

Por Rafael dos Santos da Silva

(pt) Reflexão Anti-Colonialismo Anti-Capitalismo

Espectros, precariedades e resistências: o coronavírus em África**AN Original - Alice Comenta**

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Bruno Sena Martins

(es) Reflexión Anticolonialismo Anti-Capitalismo

Tren malla como preludio de una fase más agresiva del gran capital mundial**AN Original**

Camino y extensiones inundadas del municipio maya de Hopelchen Mientras escribo estas palabras, extensas regiones, comunidades y familias en la Península de Yucatán (Campeche, Yucatán, Quintana Roo) se encuentran(...)

Por Rubén Solís Mecalco

 Facebook  Twitter  YouTube  RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Imigração e Criminalidade. O Problema das Estatísticas Oficiais na Itália

AN Original

2020-07-15

Por Rodrigues Alfredo

Em debates públicos sobre imigração, ouvimos falar do envolvimento dos imigrantes em episódios de crimes: pensa-se que os migrantes sejam mais envolvidos em episódios de crimes do que os nativos porque, ao analisar dados sobre comportamento ilegal e criminal nos países membros da União Europeia, são encontradas percentagens mais altas para imigrantes do que para nativos. O objectivo deste artigo não consiste em negar ou afirmar o comportamento ilegal e criminal dos imigrantes, mas demonstrar a incongruência e a finalidade última das estatísticas oficiais.



Fonte: Associazione Carta di Roma. <https://www.cartadiroma.org/news/carcere-solo/>. (14.07.20).

Em sociologia, a tradição da pesquisa empírica quantitativa remonta ao estudo de Durkheim sobre o *Suicídio* (1897). A partir deste estudo, o uso de estatísticas oficiais – disponibilizadas pelos órgãos de controle que atuam no campo criminal – para a análise de fenômenos desviantes e criminais tornou-se a fonte mais importante na política. Na Itália, existem cinco estatísticas principais vinculadas ao tópico do crime: estatísticas de crimes, estatísticas sobre a criminalidade, estatísticas de julgamentos criminais, estatísticas dos réus condenados e estatísticas penitenciárias.

As *estatísticas de crimes* dizem respeito aos crimes denunciados à autoridade judicial, após investigações da polícia ou queixas apresentadas a eles pelos cidadãos. As *estatísticas de criminalidade*, por outro lado, tratam dos crimes pelos quais a autoridade judicial iniciou a ação criminal. Para fins estatísticos, a ação criminal é considerada iniciada quando a pessoa sujeita a investigações preliminares é formalmente acusada. As *estatísticas de julgamentos criminais* são coletadas pelo Ministério da Justiça, referem-se à atividade dos tribunais penais e contém inúmeras informações relacionadas a

processos criminais. Enquanto as *estatísticas dos réus condenados*, coletadas pelo Instituto Nacional de Estatística (Istat), dizem respeito àqueles que foram considerados responsáveis por uma ofensa em um dos três níveis de julgamento (1º, 2º e 3º grau) e registram as principais características demográficas do infractor (sexo, idade, local de nascimento), da infracção cometida e da sanção aplicada. Por último, as *estatísticas penitenciárias*, coletadas pela administração prisional, referem-se a presos e pessoas sujeitas a medidas alternativas à detenção, fornecem informações sobre os movimentos da população carcerária, suas características demográficas e a vida nas instituições prisionais (atividades, cursos de treinamento e eventos críticos, como suicídios).

As cinco fontes estatísticas não são usadas para a mesma finalidade. As estatísticas penitenciárias, dos processos criminais e dos réus condenados são geralmente usadas para analisar diferentes aspectos do funcionamento da justiça criminal. Enquanto as estatísticas de crimes e sobre a criminalidade são aquelas usadas para descrever o crime e seu curso. Nos debates públicos, essas duas fontes estatísticas são usadas para medir a criminalidade. A teoria de que os imigrantes são mais envolvidos em episódios de crimes do que os nativos deriva duma interpretação dessas duas fontes estatísticas.

Os defensores desta teoria não se perguntam "por quem" e "como" os dados disponíveis foram coletados e processados. Alguns sociólogos como Fabio Quassoli e Marcello Maneri afirmam que antes de usar as estatísticas oficiais é importante verificar se elas são de acordo com os três princípios das fontes empíricas: princípio de validade, confiabilidade e comparabilidade.

De acordo com o *princípio da validade*, os dados devem ser produzidos pela polícia e pelo sistema judicial, aplicando esquemas de classificação com base científica. Enquanto o *princípio da confiabilidade* afirma que os dados devem ser coletados aplicando os mesmos procedimentos de recolha de maneira constante e consistente ao longo do tempo. Por último, o *princípio da comparabilidade* define que os dados devem ser coletados aplicando os mesmos procedimentos de recolha em todas as fontes oficiais que um país possui. A questão é: os dados atualmente disponíveis sobre o comportamento ilegal e criminal de estrangeiros foram processados observando rigorosamente estes critérios? A resposta é negativa, por quatro razões.

Em primeiro lugar, porque os dados não são coletados por pesquisadores com o objetivo de responder perguntas específicas de maneira sistemática; em segundo lugar, porque os procedimentos de recolha de dados oficiais variam de uma fonte a outra; em terceiro lugar, porque os dados oficiais sobre a criminalidade de imigrantes estão sujeitos a variações importantes em relação à propensão de denúncia da população e a prioridade que o governo atribui à ação de controle e repressão de crimes; em quarto e último lugar, alterações legislativas e introdução de novas infrações mudam o quadro estatístico. Um exemplo pode ser útil para esclarecer este último aspecto.

Em 2008 foi aprovada a lei 125/2008 que introduziu no código Penal uma circunstância agravante para o estrangeiro que comete um crime enquanto é presente “ilegalmente” no território nacional. Foi estabelecido que ser estrangeiro não residente legalmente representava em si uma condição de maior perigo, independentemente de outras circunstâncias. Isso significa, por exemplo, que diante de um assalto cometido por um italiano e um estrangeiro – que imaginamos ter o mesmo papel na prática do crime e ambos nas mesmas condições econômicas e sociais – o crime do estrangeiro será considerado mais grave apenas por não ser cidadão italiano mas ilegalmente residente.

Em 2019 foi aprovada a lei 94/2009 que introduziu no código Penal o “crime de presença irregular na Itália”, definido indevidamente na linguagem da mídia, como “crime de imigração ilegal”.

Em 2010 o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional a “circunstância agravante” da imigração ilegal introduzida em 2008. Um ano depois (abril de 2011), o Tribunal de Justiça da União Europeia julgou contra à legislação 94/2009 na medida em que prevê a utilização de sanções disciplinares, de sanção à permanência irregular do estrangeiro (Acórdão de 28 de abril de 2011, Hassen El Dridi, processo C-61/11). Consequentemente, os tribunais nacionais foram solicitados a não aplicar a legislação.

Além das razões acima mencionadas, é importante também considerar o fato de que muitos estrangeiros em situação irregular não denunciam os crimes que sofrem por medo de ser expulsos. Portanto, há um número considerável de crimes cometidos pelos nativos (não só) que permanece desconhecido. O artigo 18 da Lei 286/1998 prevê a emissão de uma autorização de residência especial para estrangeiros que denunciam a violência e exploração sexual e/ou de trabalho (essa permissão pode ser convertida em uma autorização de residência para fins de trabalho e estudo). Os estrangeiros em situação irregular vêm nisto um engano. A denúncia da violência e exploração sofrida implica ao mesmo tempo a denúncia da própria condição jurídica: o risco de ser expulso é mais alto. Portanto, as estatísticas oficiais não são uma medida exaustiva de todos os crimes cometidos, uma vez que grande parte deles não são registrada.

Para terminar pode ser útil esclarecer um pouco sobre a utilidade do estudo das estatísticas oficiais. As estatísticas oficiais são um produto de decisões complexas da autoridade supervisora em vários níveis: do Ministério que dita as diretrizes político-administrativas ao agente da lei. A análise dos dados e a

comparação de diferentes estatísticas servem basicamente para esclarecer o *modus operandi* dos órgãos de controle que atuam no campo criminal de um determinado país. Em outras palavras, estudar a maneira como os dados oficiais são coletados e processados significa destacar os critérios explícitos e implícitos usados pelos especialistas do sistema penal para classificar ações e pessoas, bem como a maneira pela qual as regras estabelecidas nos códigos são aplicadas no curso do trabalho diário de policiais e profissionais do direito.

Rodrigues Alfredo, PhD, Universidade de Roma “La Sapienza”.Email: rodriguesalfredo87@gmail.com



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

As estátuas também se abatem

AN Original - Alice Comenta

2020-07-07

Por Maria Paula Meneses

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.



A Praça Mouzinho de Albuquerque (atual praça da independência), no centro da então cidade de Lourenço Marques (atual Maputo)

Nas últimas semanas parte importante dos média internacionais referiram-se a ataques a estátuas e monumentos que, de uma forma ou de outra, representam a memória física de um passado colonial e racista. Em Moçambique, um país africano que foi colónia portuguesa até à sua independência há 45 anos, tal não aconteceu. Porquê? Neste texto avalio duas dimensões desta luta pela memória: por um lado, interrogo a permanência desses símbolos, muitas vezes apresentados como marcas do passado colonial. A permanência destes símbolos, herança do ‘fardo do homem branco’ que aguarda por uma descolonização da história, merece ser indagada; por outro lado, com as independências durante o longo século XX, ocorreram mudanças que permitiram, em vários países, um certo reapropriar do espaço, físico e simbólico. Estas iniciativas do Sul poderão ser exemplo de possíveis caminhos para abrir a história.

As estátuas e monumentos cumprem uma função social: ao ocupar um espaço público, celebram o projeto político que as fez erguer. Neste sentido, qualquer estatua ou monumento reflete um projeto político determinado, historicamente situado. Os percursos da humanidade vão alterando os contextos, e assim as opções políticas estão sempre sob escrutínio. É esse o objetivo da história expressa em monumentos: justificar e legitimar essas opções, tornando-as eventos de dimensão nacional ou mesmo imperial. Mas isto não significa que tais símbolos sejam eternos. Nos dias que se seguiram à declaração de independência dos Estados Unidos conheceram um frenesi de destruição de estátuas que simbolizavam a metrópole colonial, o Reino Unido. Em tempos mais recentes, o fim da ‘Europa socialista’ conheceu o derrube de inúmeras estátuas identificadas com tal passado. Porém, se derrubar símbolos de um passado opressor parece ser uma tarefa relativamente fácil, a descolonização mental e o fim da macro-narrativa histórica que consagra a centralidade do projeto civilizador eurocêntrico e o ‘fim da história’ permanecem por concretizar. Este é o desafio que se coloca a muitos países que, enquanto

antigas ou ainda potências coloniais, recusam abrir a história e questioná-la, também, a partir das narrativas dos oprimidos e violentados pela agressão colonial. Os protestos associados ao #BlackLivesMatter têm vindo a obrigar vários governos e outras entidades a confrontar-se com histórias e responsabilidades fruto da existência de um passado colonial que se perpetua no presente.

Não é fácil abrir a história criticando o Iluminismo, que parece espelhar o apogeu da civilização e progresso. A narrativa histórica celebratória, um dos lados da história do Iluminismo, ao pretender assumir-se como única, encobre qualquer possibilidade de reconhecer outras perspetivas, outros centros legítimos de produção de conhecimento. Esta história ‘universal’, assente em valores e referências contextualmente bem situados, condensaram o espírito do raciocínio epistemológico do Norte global, magistralmente analisado por Boaventura de Sousa Santos no seu livro *O Fim do império cognitivo* (2018). O resultado é um mundo retratado como uma escada hierárquica de valores, no topo dos quais são os valores que reafirmam o eurocentrismo. E o Sul global continua a ser o nada, o não lugar do conhecimento, sem experiências e alternativas que possam ensinar, também, o mundo. Uma estátua, um monumento, é como um livro – é um momento para abrir a história, que é sempre uma narrativa em construção e, por isso, sujeita a ser revisitada. O que este movimento mostra, como alerta Ngũgĩ wa Thiong'o, é que em muitos contextos o processo de descolonização mental e da própria história dita universal não aconteceu; mostra também como o valor dos acontecimentos é contextual.



A remoção da estátua de Mouzinho de Albuquerque, pouco antes da independência de Moçambique, em junho de 1975

Nos últimos anos, na Europa, temos testemunhado demonstrações de ‘boa vontade’ em restituir o património cultural africano, devolvendo elementos culturais africanos roubados ou apropriados durante a epopeia colonial. Não se trata de uma ‘questão nova’: a restituição estava em cima da mesa quando os movimentos de libertação africanos pegaram em armas para lutar pelo seu futuro, pela sua autodeterminação, como está patente nos seus manifestos políticos. Para as antigas colónias africanas, a descolonização tem um significado profundo, além da transição para a independência política: a descolonização é um processo contínuo, com muitas lutas não resolvidas. As dívidas do passado, éticas e monetárias, não podem ser facilmente eliminadas; a questão é - quem deve a quem? Falar em restituição é falar em descolonizar a história, é democratizar a releitura de nossos encontros passados frequentemente violentos e incompatíveis. Achille Mbembe descreve em detalhes como o extenso dano simbólico e material do colonialismo europeu resultou na rutura forçada com o eu, traduzido em episódios múltiplos de expropriação e humilhação.

Qualquer narrativa histórica possui sempre, pelo menos, duas versões. Um ditado popular africano lembra-nos que história não deve ser apenas contada pelo caçador; é preciso ouvir também os que foram perseguidos pelo caçador. É este um dos grandes desafios que enfrentamos neste momento, como tenho escrito: abrir a caixa de Pandora da história ‘universal’ cujo epicentro se situa na Europa, reivindicando, a (re) escrita da história e a (re) educação do público, debatendo, acima de tudo, os impactos desses encontros muito violentos, espelho do colonialismo moderno.

Em maio de 1974, pouco tempo depois do golpe de estado do 25 de Abril em Portugal, foi removida a estátua de Salazar, que dava nome e ocupava o espaço central do liceu onde eu estudava em Maputo, então Lourenço Marques. Esta estátua não era ‘uma história’, mas uma celebração do Estado novo e do colonialismo, num liceu que formava a elite colonial (eram poucos os não brancos e classes populares que frequentavam este liceu) e que contribuía para reafirmar a injustiça política e cognitiva. Desde então, esse monumento, retirado pelas autoridades portuguesas em Moçambique, vive a espuma do tempo nas traseiras da biblioteca nacional. Posteriormente assistimos, sobretudo a partir de março de 1975 à remoção de estatuas – ícones coloniais – e a produção de uma nova topografia política do país, que anunciava uma nova paisagem em construção. A descolonização, ao exigir o direito à história, para além da narrativa eurocêntrica, desdobra-se em desafios: um, de natureza ontológica - a renegociação das definições do ser e dos seus sentidos - e, outro, de natureza epistémica, que contesta a compreensão exclusiva e imperial do conhecimento. Neste novo contexto, a descolonização traduziu-se num conceito que anunciava a possibilidade de sentidos mais amplos de mudança, para além da independência e a transferência de poderes aos africanos. Era possível outra história, contextual, que importa conhecer.

A retirada das estatuas coloniais e a sua preservação na Fortaleza em Maputo foram um dos muitos sinais do fim de uma era que glorificava a conquista colonial. Mas há que pensar com o tempo presente – quem são os nossos heróis, que são os que nos mostram as formas de afirmar a nossa moçambicanidade, parte de uma herança maior de luta, resistência e afirmação? Ocupar o espaço público é uma enorme responsabilidade, que deve ser realizada por todos e todas que habitamos esse espaço. Por um lado, as estátuas do passado merecem ser guardadas, tal como acontece em Maputo, para que a memória do colonialismo não desapareça. Porém, reescrever uma história nacional é um desafio que ultrapassa qualquer proposta partidária. A minha proposta é que se estabeleça um órgão independente para rever todos os monumentos, estradas e edifícios e renomeá-los para que figuras históricas que promovam valores como liberdade, dignidade, equidade, paz e justiça sejam celebradas.

Maria Paula Meneses é investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, integrando o núcleo de estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE). É doutorada em antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA) e Mestre em História pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia). Em 2019 foi investigadora visitante junto da Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris. De entre os temas de investigação sobre os quais se debruça destacam-se os debates pós-coloniais em contexto africano, o pluralismo jurídico - com especial ênfase para as relações entre o Estado e as 'autoridades tradicionais' no contexto africano -, e o papel da história oficial, da(s) memória(s) e de 'outras' narrativas de pertença nos processos identitários contemporâneos. Tem participado em vários projetos de investigação que resultaram na organização e publicação de vários livros e artigos. Lecciona em vários programas de doutoramento do CES, sendo co-coordenadora do programa de doutoramento em 'Pós-colonialismos e cidadania global'. Co-coordena com Boaventura de Sousa Santos (CES) e Karina Bidaseca (CLACSO) o curso internacional 'Epistemologias do Sul' (CLACSO-CES). Anteriormente foi Professora da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). Tem o seu trabalho publicado em diversos países, incluindo Moçambique, Espanha, Portugal, Brasil, Senegal, Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, Alemanha, Holanda e Colômbia.



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Heridas Coloniales Profundamente Abiertas

AN Original

2020-07-06

Por Begoña Dorronsoro



Los primeros hechos acometidos por los invasores coloniales en Abya Yala fueron las violaciones de los territorios y de los cuerpos-territorios de los diferentes pueblos que allí existían y en especial los de sus mujeres. La violación como botín y arma de guerra se ha ejecutado por siglos, pero solo fue reconocida y sancionable a partir del año 1998 en el Estatuto de Roma que conforma la Corte Penal Internacional.

Arma de guerra usada para seguir apropiándose de los territorios al apropiarse de los cuerpos-territorios en un grado de violencia multidimensional donde abusar y violar niñas indígenas es usado además para impactar y dañar aún más a sus familias y comunidades en su conjunto. Malinali Malintzin, la mal llamada Malinche, o Matoaka la equivocadamente nombrada Pocahontas, compartieron destinos capturadas y entregadas en matrimonios forzosos a colonos invasores, posesionadas por la Corona de Castilla y la Virginia Company, y tantas otras que fueron usadas, abusadas, exhibidas en museos, ferias, zoológicos, sufriendo sus últimas violaciones al ser narradas a través de las mentiras de los colonizadores, y aún así ellas y sus historias reales consiguieron sobrevivir también a ello. Las escuelas desde Alaska a Tierra del Fuego fueron otras de esas instituciones que arrancaban a niñas y niños de sus familias y comunidades, retenidos en régimen de internado en las infames boarding schools y todo tipo de escuelas regidas en su mayor parte por ordenes religiosas, donde se procuraba quebrar sus espíritus y dignidad junto con el de sus pueblos, mientras se quebraban sus cuerpos con todo tipo de prohibiciones, vejaciones, humillaciones, agresiones y abusos también de índole sexual.

Rameo, chineo, son algunos de los términos que aún a día de hoy se conocen en algunas zonas de Argentina donde cualquier niña indígena puede ser agarrada y llevada contra su voluntad entre uno o varios jóvenes blancos criollos de clases media y alta, que van a usar y abusar de ese cuerpo considerado sub-humano a libre disposición, como objeto de una iniciación sexual de hombres blancos ejerciendo lo que conciben como su derecho de pernada a través de los siglos, en el campo, en la hacienda esclavista, en las casas donde mujeres racializadas desde niñas hacen todas las tareas que las señoras blancas burguesas les ordenan. Por Juanita, una niña Wichí de 12 años que en 2005 fue víctima de una de estas violaciones grupales es que el Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir decidió visibilizar estas violencias durante la conmemoración de este 8 de marzo de 2020 para acabar con ellas, y tan solo meses después en junio de 2020 se da un nuevo caso semejante sobre otra menor Wichí. En los llanos colombianos hasta su extensión hacia Venezuela los terratenientes herederos de las clases oligarcas hacían cacerías de indios, las guahibadas, hasta entrada la década de los años 70 del siglo XX, a los hombres y niños los perseguían, torturaban y asesinaban, a las niñas y mujeres además las violaban.

Es ante este contexto de deshumanización y objetificación de los cuerpos de las mujeres y niñas indígenas donde colectivos y organizaciones de mujeres indígenas como las mujeres Wayuu de la Guajira alzan sus voces y denuncias como recientemente, ante los comentarios machistas, sexistas, racistas y coloniales vertidos en un programa de radio que se difundió además por redes sociales donde el presunto humorista Fabio Zuleta provocó una fuerte ola de indignación de protestas y denuncias que pusieron en acción hasta a la Procuraduría General. Y sin embargo ese clamor aún no es suficiente, en Colombia y desde antes de la guerra no declarada, aunque sí vivida como conflicto armado por casi 100 años, y con raíces que se hunden en el inicio de la colonización, diversos actores armados cometieron y cometen estas violaciones, pero según datos recogidos por la ONIC Organización Nacional Indígena de Colombia en el 86% de la violencia sexual contra mujeres indígenas sus agresores fueron: Militares y Policías. Violaciones que se sabían, se callaban y se ocultaban pero que eran conocidas, y ante una memoria interesadamente frágil y endeble de la sociedad colombiana, al menos contamos con las hemerotecas y las memorias de las víctimas y sobrevivientes que se siguen entretejiendo a pesar de las amenazas, las desapariciones, los asesinatos y los genocidios. El hecho reciente a finales de junio de 2020 del secuestro, tortura y violación de una niña Embera por parte de varios soldados del ejército colombiano en el departamento de Risaralda parece sorprender a la sociedad colombiana, con una memoria olvidadiza que días después es nuevamente alertada ante otra violación múltiple donde también los perpetradores fueron soldados del ejército colombiano en el departamento del Guaviare que secuestraron, torturaron y violaron durante una semana a una niña Nukak Makú en septiembre de 2019. Pero no nos engañemos ni engañemos a la sociedad colombiana, porque no son casos excepcionales, porque es una dinámica que se sigue dando desde la invasión hasta ahora, y porque si seguimos consultando la hemeroteca y eso que lo que allá aparece apenas es la punta del iceberg, encontramos más de estas violaciones sistemáticas. Recordemos a la menor indígena de 14 años Yenny Torres Jaimes que en 2010 fue violada y asesinada junto con sus hermanitos Jimmy de 9 años y Jeferson de 6 años a manos de otro soldado del ejército colombiano en Arauca. Hay que recordar además en estos momentos en los que el gobierno del presidente Duque está convidando a la llegada de más personal del ejército de EEUU, que ya desde la puesta en funcionamiento de 9 bases militares estadounidenses a lo largo y ancho del territorio nacional, dejó en la impunidad varias violaciones de adolescentes y niñas, alguna también indígena, por parte de los que ahora se denominan contratistas, los mercenarios de toda la vida, amparados por la impunidad reservada a aquellos ciudadanos gringos con trabajo en esas bases así sea de manera temporal y que eluden cualquier posible persecución y castigo por parte del poder judicial colombiano, tomando el primer vuelo de vuelta a su casa y sin posibilidad alguna de conseguir su extradición.

Debemos recordar también el secuestro, violación y asesinato de la niña Nasa Yuliana Andrea Samboní de 7 años, cometido en Bogotá en 2016 a manos de un reconocido arquitecto blanco criollo adinerado y con contactos en las altas esferas del poder. Hasta ahora ni la familia de Yuliana ni su comunidad han recibido cualquier compensación ni reparación adecuadas, y en cambio tanto su victimario Rafael Uribe Noguera, como sus posibles colaboradores en la presunta alteración del escenario del crimen y manipulación de pruebas, su hermano Francisco y su hermana Catalina, han recibido beneficios tanto en

la pena impuesta al perpetrador directo como en la no imputación de sus hermanos. La justicia tarda, a veces ni llega dentro de la institucionalidad de los Estados nación cuyo carácter colonial solo ha pasado de las manos invasoras a sus herederos. Pero hay otras instancias a las que acudir, donde aunque se demore se puede llegar a dar el debido proceso. En el año 2002 dos mujeres Me'phaa del estado de Guerrero en México fueron violadas por soldados del ejército mexicano. Ambas presentaron sus demandas ante diferentes instancias llegando al gobierno mexicano, donde no fueron atendidas debidamente. Ante esta situación y tras reflexionar con los equipos legales que las apoyaron decidieron dar el salto y presentar sus casos por separado ante la CIDH Corte Interamericana de Derechos Humanos, donde ahí sí consiguieron algunas reparaciones incluso de índole no solo individual sino también colectiva hacia sus comunidades. Si la justicia no se consigue en Colombia puede ser el momento de presentar una demanda con varios de estos casos o en demandas separadas, de forma individual o en acción colectiva ante la CIDH lo que podría sentar un caso de jurisprudencia que pueda ser usado en el contexto colombiano, pero que además pueda servir para otros casos de demandas por abusos sexuales y violaciones hacia mujeres y niñas indígenas en otros Estados nación de Abya Yala.



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

A Catarse da Modernidade

AN Original

2020-06-30

Por Rafael dos Santos da Silva

O substantivo feminino Catarse deriva do grego *Katharsis* e tem seu principal significado traduzido na ideia da libertação ou alívio alcançado após um grande trauma. O ato de purificação é por assim dizer, um constante processo que nasceu na civilização grega. Essa civilização rica em ritos e mitos, mas também pulsante em mudanças radicais, era extremamente vulnerável às invasões e açodada por conflitos políticos. Encontrava-se entre os assédios dos espartanos e o acultramento insidioso dos romanos. Um território arenoso devido a sua complexa geopolítica, a Grécia antiga aprendeu a re-existir – existir novamente - a partir da construção da própria noção de política plantada na ideia do debate público e da participação popular. Dessa forma os gregos não apenas criaram a práxis democrática como fizeram a sua catarse. Ou seja, purificação.

A bifurcação social que se apresentava na época exigia escolhas profundas e mudanças substanciais. Para alguns observadores o ponto da catarse poderia facilmente significar o fim, mas para outros a responsabilidade do recomeço. Reza a lenda que aquela civilização, foi responsável por encaminhar a catarse social do seu tempo, ou seja, a purificação, a partir de um intenso e profundo trauma que a acrisolava.

Hoje, enquanto civilização somos resultado da soma e o resto desse processo. Ao ler a catarse grega podemos afirmar o quanto saímos melhor em função daquela situação, entretanto, daqui a 2000 mil anos, como descreverão a catarse da modernidade?

Antes de responder a essa pergunta convém lembrar das suas marcas iniciais da modernidade que sempre preteriu a profundidade dos textos de Charles Baudelaire à folhetins de informações rápidas. Como bem observava Karla Dubiela em seu livro “As cidades” ao parafrasear Baudelaire “por mais bela que seja a casa, ela antes de tudo medida em metros de altura e comprimento.” Dito de outra forma, o efêmero ganha apelo e se configura enquanto marca da modernidade. Nesse sentido, para aproximar o debate é preciso fazer um esforço de síntese em dois momentos importantes revelados na dimensão abstrata, e o outro na dimensão concreta. O primeiro momento consiste em entender o que chamamos de modernidade; depois onde ela sentou pouso.

A modernidade se deu numa profunda, porém sutil metamorfose. Por que? Porque, enquanto a luz elétrica iluminava as ruas e casas, também apagava a beleza da penumbra do lampião a gás. Essa realidade foi capturada por Walter Benjamin no clássico, Passagens, ao narrar a metamorfose da modernidade. Saído dos *boulevards* transformados em ruas, entrando pelas casas em passagens, até chegar as bilheterias dos teatros que agora dividiam espaços com a sacerdotisa, que ao invés de erguer os olhos em sacrifícios apresentava os cinzeiros do pecado. Paulatinamente, a marca da modernidade, estabeleceu raízes entre o sagrado e o profano que passaram a esculpir a nova dinâmica social revelada na cidade. Ali, a um só instante acostumou-se as dolorosas transformações do ontem, que se faz hoje, e já encaminha o amanhã. Foi a modernidade quem pariu o *flâneur* parisiense e o malandro carioca e acalantou a dialética transformadora do mercado, estabelecida no “tédio da agitação” que no dizer de W. Benjamin, apresentou o último dos dinossauros: o consumidor.

No segundo momento nossa síntese visa identificar o *locus* das transformações. A concretude da ideia moderna, ou seja, a reconfiguração da cidade enquanto o grande picadeiro da modernidade. Seus territórios e os novos arranjos estabeleceram espacialidades profundas e complexas a constituir uma teia entre o tradicional e o novo. Como bem, argumentou W. Benjamin, o redimensionamento do tempo e espaço estabeleceu uma ação abissal potencializada pela aceleração da produção. O rescaldo cultural nesse aspecto faz lembrar o pensamento de Gramsci ao afirmar que o processo moderno figura em “viver sem ilusões e sem por isso desiludir-se.”

Nessa linha, as contribuições [Henri Lefebvre](#) observam que a transformação dialética entre sociedade -



conjunto de pessoas e instituições - e a cidade - espaço físico e urbanístico em completa mutação - não representam “uma simples ideologia nem muito menos uma reprodução da história geral em escala local.” senão “as especificidades que se reproduzem nas relações sócio-espaciais no fundo traduzem a composição direta de um todo maior”.

Aqui emerge a reflexão de fundo desse ensaio na justa dimensão alertada pelo Professor [Carlos Fortuna](#) autor do prefácio da versão portuguesa de “[O Direito a Cidade](#)” quando alerta para a indução da cidade segundo a lógica da industrialização, produzindo segundo sua interpretação um duplo movimento: intensificação e extensão do fenômeno urbano. Assim, a urbanização, primogênita da modernidade, passou a exercer hegemonia social ao abrigar a reprodução do capitalismo em seu estágio mais bruto. Para Fortuna, nesse estágio “o espaço urbano enquanto mercadoria implicava em graves consequências sociais.” Quais são elas ?

A resposta não é simples e exige um enredo infinitamente complexo. Mas o trabalho recém publicado no Brasil, do professor [Ricardo Antunes](#), intitulado “[Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV](#)” nos ajuda a emendar essa concha de retalhos. Para o sociólogo brasileiro, a exploração do trabalho intermitente não apenas deslocou a categoria trabalho, mas ressignificou a categoria do valor enquanto função do trabalho. Isso só foi possível graças a lógica da mediação com as tecnologias digitais. Somada a essa realidade, é preciso considerar o esgarçamento da informalidade e das relações fabris que nas palavras de Antunes “revelam-se profundas metamorfoses estruturais da sociedade moderna”. Ou seja, o credo neoliberal, o mito do empreendedorismo, a saída individualista e a lógica do progresso, expressões maiores da modernidade, resultaram numa soma perigosa, que parece esgotar a própria lógica da modernidade.

Até aí nada de novo. Salvo algumas articulações teóricas, por isso gostaria de incrementar o que está a antecipar a catarse da modernidade: a COVID-19. Cada pessoa infectada, cada vida vencida pela doença, nos faz aprofundar um pouco mais nossa catarse. O vírus está sendo capaz de reposicionar o comportamento social, que já estava em vigor, levada à cabo pela diplomacia da força, ou pela opressão financeira. Se em regra geral, esses elementos expuseram abertamente as fraturas de um contrato social mediado pelo poder do capital, em última instância, foi a pandemia da Covid-19 quem reposicionou as alegorias do credo capitalista apresentando sua insignificância em termos de mediação social.

O sistema especializado em gerar crises para delas retirar ganhos revelou seu verdadeiro tamanho frente a microscópica forma de vida, denominado de coronavírus. Isso pôs de joelhos toda noção de modernidade. O vírus saído das entranhas da terra serviu de freio de arraste ao capitalismo predatório e reposicionou a humanidade ao ponto de se reorientar suas verdadeiras necessidades.

Foi nessa linha que o filósofo coreano radicado na Alemanha Byung-Chul Han propôs uma serena análise a esse contexto em seu artigo “O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã” ao apresentar as limitações do modelo “moderno” baseado na liberdade de escolhas e no individualismo frente a pandemia. Essa realidade foi imposta no momento exato, em que as soberanias nacionais eram não apenas questionadas, mas desmontadas em função do privatismo assentado na ideia do estado mínimo. Assim, a pergunta que ecoou em todos os continentes foi exatamente saber: O Estado mínimo para quem? A resposta revelou a nudez da ideia.

Nossa síntese, induz que o vírus nos obrigou a mudar olhar a lente da modernidade e a ressignificar a noção de cidade. Já não há dúvidas quanto “o não retorno”. No entanto, ainda nos resta saber se essa mudança será positiva ou negativa, ou qual caminho tomaremos frente a bifurcação da história?

Será o fim da modernidade? Nem eu nem Byung-Chu Han acreditamos nisso. Mas acredito que a COVID-19 antecipou a catarse da modernidade. E por quê? Porque estar a ser inaugurada uma nova etapa da humanidade que não deve ser chamado de “novo normal” - usar essa nomenclatura é aceitar a metalinguagem hegemônica, cujo objetivo consiste em dar continuidade a seus arroubos - tão pouco é possível saber daqui: se o próximo estágio será melhor ou pior!! Isso dependerá das articulações políticas que por vez passarão pelas institucionalidades, oficiais ou não. Essa nova etapa reeditara o velho Gramsci quando apontava para o surgimento do novo sem que o velho houvesse sumido. Será determinado pelo embaçamento dos conflitos e reapropriação da produção da pobreza. A pobreza não vai sumir, mas sua produção se dará em outro patamar, contudo ainda conjugada com os velhos modelos.

O que está por vir é igualmente perigoso e esperançoso. Ainda é dúbio e vai ser determinada pela capacidade da geração que agora ler esse artigo, em disputar coletivamente as alternativas, quer seja nas áreas econômicas, tecnológicas, políticas e sobretudo ecológicas. Como bem sentencia Boaventura Sousa Santos, é preciso ter alternativa as alternativas. É hora de construí-las! Porque, o novo ficou velho sem que o tivesse nascido. Mas vai nascer!

Finalmente, quando esse artigo for lido lá na frente, ainda será atual o poema “primavera nos dentes” de Secos e Molhos quando diz: “quem tem consciência para ter coragem; quem tem a força de saber que existe, no centro da própria engrenagem inventa contra a mola que resiste”

Eis aí a Catarse necessária à modernidade, reinventar a contra mola da resistência.



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Espectros, precariedades e resistências: o coronavírus em África

AN Original - Alice Comenta

2020-06-23

Por Bruno Sena Martins

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.



O impacto da COVID-19 estabeleceu imperativos de prevenção e tratamento numa escala há muito desconhecidos. A magnitude do desastre já confirmado e a incerteza sobre o impacto da COVID-19 na saúde pública mundial suscitam uma inédita suspensão da ordem das coisas, pelo impacto de doenças, mortes, estados de emergência, confinamentos, fecho de fronteiras, serviços mínimos e alertas máximos, tudo num contexto em que, como dizia um porta-voz da Organização Mundial de Saúde, o melhor é prepararmo-nos para o pior. A altíssima taxa de alto contágio do vírus SARS-CoV-2 corresponde a uma partilha planetária da vulnerabilidade ao desastre como não conhecíamos, porventura, desde o espectro da guerra nuclear da Guerra Fria. Em face da necessidade de testes, de medidas de distanciamento físico e da provisão de unidades de cuidados intensivos, as repostas que as diferentes sociedades têm dado ao novo coronavírus, marcadas que são pela contingência da data da chegada do vírus, serão certamente escrutinadas no futuro. Olhando a cada caso, falaremos de coisas tão distintas como sistemas de saúde, de lideranças políticas, de democracia, de Estado, de práticas sociais de cuidado, de solidariedade, de violência doméstica, de pessoas sem abrigo, de neoliberalismo, de violência doméstica, de degradação ecológica, de desigualdade social, de racismo, de eugenia, de patentes ou de teletrabalho.

Neste quadro, resulta curioso percebermos como os países africanos tem surgido nas notícias sobre a Covid-19: estranhamente sem o alarde de uma erupção de violência ou das lamentosas desditas, tropos que normalmente justificam algum destaque a temas de África no espaço público dos demais continentes. Mais se tratando de uma doença infecciosa, ficou um pouco transtornado o guião de uma

ideia de progresso que aventava uma transição epidemiológica em que as doenças infecciosas seriam uma causa de mortalidade entretanto superada, agora reservada, qual resíduo histórico, aos ditos países em vias de desenvolvimento. Pelo contrário, nos primeiros meses da circulação internacional do vírus os países africanos viram-se na posição de terem de se defender dos fluxos vindos da Europa como principal ameaça à entrada da COVID-19.

Defendo, contudo, que de modo algum devemos romantizar imaginando uma fábula em que os países africanos superem sem dor este vírus, até porque a reversão do preconceito colonial é frequentemente a romantização ingénua. Na verdade, sabemos que o impacto do novo coronavírus em África poderá estar grandemente subnotificado por escassez de testes, que a pirâmide etária no continente constitui um fator que minora o risco de falência respiratória, e que o pior – o pico, como se diz - pode estar ainda para vir em função da deflagração tardia do vírus. O que temos testemunhado até agora é já instrutivo de como as narrativas unilineares do progresso a cada momento têm que ser confrontadas com aquilo a que Boaventura de Sousa Santos chama ecologia dos saberes. Fica igualmente claro como as receitas universais pouco atendem a um mundo tão desigual e diverso.

A primeira ideia que me parece ser importante sublinhar é que a exposição à precariedade não é apenas uma história de desastres cumulados e anunciados, é também uma história de resistências aprendidas. Sendo verdade que precariedade preda precariedade e que o vírus irá afetar desproporcionadamente as populações mais carenciadas e expostas a desastres no passado, também sabemos que o impacto do vírus não será radicalmente novo em populações que numa luta diária pela sobrevivência e que vivem com o espectro do HIV-Sida, com o ébola, com a tuberculose ou a malária. O enfrentamento continuado de doenças infecciosas e desastres proporciona a ativação de estratégias aprendidas mesmo em contextos habitacionais insalubres ou em situações de escassez em que ficar em casa não é uma opção.

Em segundo lugar, devemos considerar que a ausência de um estado social e de um sistema de saúde estruturado, penalizador como é, há muito promoveu formas de organização comunitária que permitem suprir muitas das carências estatais. A este propósito, num texto recente Arjun Appadurais (2020) afirmava que o coronavírus, longe de afirmar o poder Estado em momentos de exceção, mostra como os estados soberanos são frágeis. Por um lado, pelas relações de interdependência trazidas por um vírus que não conhece fronteiras e que obrigou, por exemplo, a Itália a socorrer-se dos médicos cubanos e aos países ocidentais a comprarem equipamento médico da China. Por outro, afirma o autor, os Estados dependem de uma mobilização social e de formas de organização comunitária e de práticas de cuidado em que a agência das pessoas que se confinam, que se automonitoram e que se mantêm distantes é essencial. Neste sentido, falar em estado de exceção é uma leitura eurocêntrica e privilegiada que desconsidera como em muitos lugares do mundo a vida depende crucialmente das formas de ordem e cuidado produzidas na ausência de agentes e dos recursos do Estado.

Finalmente, quero ressaltar que o novo coronavírus assalta muito da opinião pública do mundo eurocêntrico como uma “morte evitável” para a qual, justamente, devem ser mobilizadas todas as forças e recursos da sociedade. Mas se falamos de mortes evitáveis o mundo novo trazido pelo COVID só é realmente novo quando visto a partir dos lugares de privilégio. Com tanta gente a morrer em resultado da mineração, do desmatamento, de diarreia, de fome ou de malária, seria bom que um levante contra as mortes evitáveis democratizasse e descolonizasse a sensibilidade neoliberal há muito instalada nos lugares de conforto do Norte Global.

Bruno Sena Martins é Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É licenciado em antropologia e doutorado em sociologia. É Coordenador do Programa de Doutoramento "Human Rights in Contemporary Societies" e Docente no Programa de Doutoramento "Pós-Colonialismo e Cidadania Global". É Co-coordenador no Programa de extensão académica "O Ces vai à Escola". Foi Vice-presidente Conselho Científico do CES/UC (2017-2019) e foi Coordenador do Núcleo "Democracia, Cidadania e Direito" (DECIDE) do CES/UC (2013-2016). Os seus temas de interesse incluem o corpo, deficiência, direitos humanos, racismo e colonialismo.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Tren malla como preludio de una fase más agresiva del gran capital mundial

AN Original

2020-06-22

Por Rubén Solís Mecalco



Camino y extensiones inundadas del municipio maya de Hopelchen

Mientras escribo estas palabras, extensas regiones, comunidades y familias en la Península de Yucatán (Campeche, Yucatán, Quintana Roo) se encuentran debajo del agua y han perdido gran parte de sus pertenencias, quedando en los casos más extremos totalmente incomunicadas por vía terrestre y por supuesto sin la posibilidad de mantener aislamiento o distanciamiento social alguno, lo anterior como resultado del lento y destructivo paso de la tormenta tropical “Cristóbal” que abatió la región en medio de una de las etapas más críticas de contagios y decesos por la pandemia del coronavirus SARS covid-19 que embate al mundo entero (Contactos de algunas de las Organizaciones Sociales de la Península de Yucatán que trabajan de cerca con las familias afectadas por estos desastres naturales: [Múuch Xíinbal](#) ; [Ka Kuxtal Much' Meyaj A.C.](#); [Colectivo Maya de los Cheneshttps](#)).

Es en este contexto que el 2 de junio el actual presidente de México, Andrés López (AMLO), realizó su primera visita a la región después del declarado fin del primer período de aislamiento suave establecido en el país, y aunque se podría pensar que lo hizo para brindar algún tipo de ayuda a las miles de familias damnificadas por los múltiples desastres que está sufriendo la región, en realidad fue todo lo contrario, ajeno a la compleja realidad del pueblo maya, que dice representar, llegó a la región para dar el banderazo de inicio a su megaproyecto denominado “tren maya”, de ahora en adelante “tren malla” en sintonía con la provocación lingüística realizada por el profesor y luchador social maya yucateco [Pedro Uc Be](#), pasando por alto todos los recursos legales que a lo largo del mundo maya mexicano se han interpuesto contra dicho mega-proyecto no sólo porque su inicio está siendo forzado en un contexto pandémico donde no se pueden asegurar la vida de los propios trabajadores, sino por la falta de transparencia, nulos estudios de impacto ambiental, social y/o económico, y los evidentes nexos entre el gobierno y los empresarios nacionales e internacionales que tuvieron la fortuna de ganar cada uno de los diferentes tramos que conformarán dicho proyecto, nexos que no son nuevos si no que vienen de

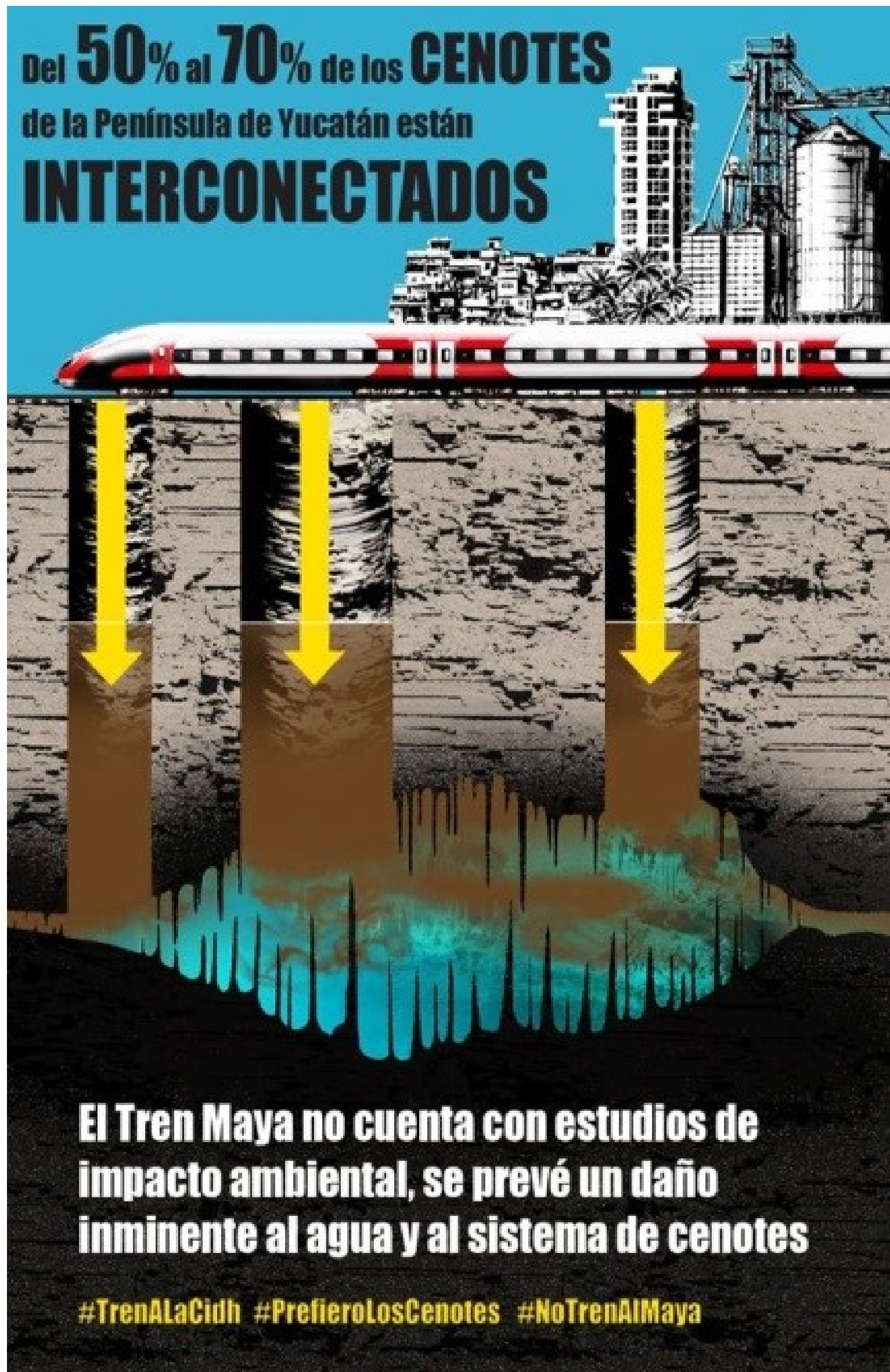
sexenios pasados tal como este propio megaproyecto. Uno de los ejemplos más evidentes es el caso de la empresa portuguesa Mota Engil, ahora encargada de la construcción uno de los tramos del tren, cuyo exconsejero Paulo Portas además de pertenecer a uno de los partidos políticos de la derecha portuguesa (CDS), también fungió como consejero externo de la petrolífera mexicana PEMEX durante el sexenio de Enrique Peña Nieto. Ya en un plano nacional la presencia de empresarios de antaño como Carlos Slim, con una fortuna basada en monopolios, o de empresas con un pasado bastante cuestionable como ICA también dejan mucho que desear en cuanto al trasfondo político-empresarial del tren.

Todo lo anterior demuestra que sin importar posturas de derechas, izquierdas o centros la clase política mexicana y la sub-esfera que han conformado en la cúpula social del país sigue siendo ajena a las verdaderas necesidades del pueblo que dice representar, estando mucho más preocupados por el potencial daño mediático de los que ellos propios asumen como “verdaderos” contrincantes por su igualdad/similitud de poder (político, económico, mediático), que el pueblo cuyas organizaciones sociales datan de mucho antes de la creación de ciertos partidos políticos, como el actual gobernante, y que muy seguramente seguirán ahí después de la pérdida de registro de muchos de ellos. Esta lucha de poderes dentro de las cúpulas mexicanas saca a la luz de nueva cuenta, ahora bajo una estela de izquierda institucional, un profundo desprecio de siglos atrás con un fuerte trasfondo colonial, que siempre apela a la ignorancia de las masas para determinar lo que mejor les conviene e infantilizar las posturas y proyectos políticos no partidistas de organizaciones de pueblos originarios/indígenas, mestizos/as/@s, clase obrera, pescadores, afrodescendientes, disidentes sexuales, migrantes ilegales en Estados Unidos y toda la población que labora en el mercado informal, los/as/@s cuales siguen sostienen sin muchas opciones el peso de las decisiones impuestas por los gobernantes, que se resume en la mayoría de las veces a la palabra de un hombre, blanco, heterosexual, descendiente de españoles y el poder simbólico que esto sigue teniendo dentro de un país mayoritariamente mestizo y pluri-étnico.



A pesar del desprecio de las cúpulas mexicanas, es gracias a todo el trabajo político no partidista, social, económico y cultural desarrollado por las organizaciones indígenas, afrodescendientes y mestizas en el país que aún permanecen ciertas áreas de selva, playas, cenotes y ríos aún sin contaminar o desaparecer, mismos que de nueva cuenta se quieren vender a las masas de turistas extranjeros para su deleite y disfrute frente a la destrucción del tejido social, aumento de la delincuencia y pérdida de extensas áreas naturales y faunística locales, para pruebas de esto sólo hay que mirar a Cancún y todos los estragos que este megaproyecto dejó a su paso, mismo que ahora quieren colocar como ejemplo de progreso y desarrollo.

Desde una perspectiva más particular, es importante reiterar que los pueblos mayas en el sureste mexicano han venido desarrollando por varios siglos sus propias formas de organización y resistencia que van de la mano con el cuidado de sus prójimos y del entorno natural-biológico-espiritual en el que han habitado desde antes de la creación del Estado Mexicano, en otras palabras, tienen sus propios “modelos de desarrollo” bajo parámetros no necesariamente economicistas, no reconocer esta otra propuesta de habitar el mundo es de nueva cuenta replicar toda la violencia racista, xenofóbica y colonial contra los pueblos mayas del presente siglo, imponiendo una vez más un proyecto del gran capital fálico blanco cargado con sus respectivos ideales hegemónicos de desarrollo y modernidad ante pueblos que pre-establece como descartables o que los intenta incorporar sólo a manera de slogan publicitario.



Ante esta situación, muchas personas de diferentes clases sociales, sexualidades, creencias, raíces y colores de piel en la Península Yucatán nos preguntamos: ¿Se puede denominar a este proceder del actual gobierno, ya antes visto en sexenios pasados, como el fin del neoliberalismo en México? ¿A

quiénes realmente beneficiará este mega-proyecto y porque su ambición megaló-maniaca no les permite aplazarlo a pesar de las condiciones pandémicas y de desastres naturales en la región? Hasta qué punto el gobierno actual está comprometido con dichos empresarios, que les da el visto bueno y apoyo sin importar las voces en contra de activistas mayas, académicos y pobladores locales que si conocen la región.

Pareciera que una vez más todo quedará entre caras viejas, amistadas de antaño, prácticas políticas con décadas de implementación sistemática, arreglos entre las cúpulas político-empresariales del país y sus compadres del extranjero. Con este trasfondo, el denominado “fin del neoliberalismo en México” sólo puede ser entendido como un proceso de transición acelerada hacia una nueva fase más agresiva y despiadada del gran capital al que ni pandemias globales o desastres naturales le impide seguir su vorágine contra la vida en este planeta, entre ellas la humana, con tal de saciar su avaricia, en este contexto también se pone en evidencia la nula resistencia de los tradicionales partidos políticos, sus discursos y conceptos vacíos de contenidos, los cuáles terminan siempre arrodillados ante las grandes sumas de dinero.

De nueva cuenta la historia nos demuestra que es de los pueblos organizados que habitan los territorios de lo que hoy se denomina México de donde seguirán surgiendo las verdaderas revoluciones sociales, como dice un sabio pasaje maya del *Chilam Balam de Chumayel* que data del siglo XVII: *No se perderá esta guerra, aquí en esta tierra, porque esta tierra volverá a nacer*
(*Chilam Balam de Chumayel*: 76)

Rubén Solís Mecalco | Estudiante de Doctorado en Pos-Colonialismo y Ciudadanía Global del Centro de Estudios Sociales (CES) y Facultad de Economía de la Universidad de Coímbra, rubjsol@gmail.com - rubensolis@ces.uc.pt.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coímbra



1 2 9 0
UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.